

divinas (*Leviathan*, editado por C. Macpherson, Penguin Books, 1962, c. 31, p. 399). Ele afirma ainda que “A Palavra de Deus deve, pois, ser levada igualmente em consideração no tocante aos Ditames da razão e da equidade” (*Leviathan*, p. 456; ver também *De Cive*, 4.1). A partir das muitas passagens que podem ser citadas, fica claro que é genuína a adesão de Hobbes a essa doutrina; ele não a enunciou casualmente nem o fez com reservas.

[12] A concepção segundo a qual se deve obedecer às leis morais por serem elas ordenadas por Deus pode igual-

---

(Alguns filósofos diriam que [11] não exprime um argumento, mas só uma proposição e a evidência para a sua verdade. Não desejo discutir isso aqui e peço que ele seja aceito como um argumento para fins de exposição.)

Há uma boa razão para mostrar esse argumento simples aqui, embora não no próprio ensaio. Alguns estudiosos julgam que o argumento não é sólido; dependendo da definição de “diz”, é a primeira ou a segunda premissa que é falsa. Por exemplo, Leo Strauss acha que, por razões políticas, Hobbes escreveu, como muitos outros filósofos, palavras que não desejava ver tomadas literalmente. Num ensaio curto como este (cerca de duas páginas), não há espaço para discutir a interpretação de Strauss e nem sequer para mencioná-la.

Se o ensaio fosse ampliado para uma versão de 10-20 páginas, seria apropriado introduzir as idéias de Strauss neste ponto. (Para uma discussão adicional disso, veja capítulo 4, seção 4, “Elaboração sucessiva”).

Consideremos agora a maneira como [11] satisfaz o item IV. Na primeira frase de [11], o autor dá como referência *Leviatã*, que substancia propositadamente sua posição. Na frase seguinte, o autor cita de fato as palavras de Hobbes como evidência de sua concepção, além de fornecer mais uma referência à obra deste. A última frase do parágrafo afirma que seria possível apresentar mais evidências, mas não as apresenta. O autor já fundamentou satisfatoriamente a verdade da premissa “Hobbes diz que as leis da natureza são leis divinas”. Num ensaio mais longo, contudo, mais evidências e alguma discussão delas teriam de ser oferecidas.

[12] Este parágrafo desenvolve um segundo argumento em favor da tese do autor. Embora teoricamente um único argumento sólido em favor

mente ser provada por um argumento que Hobbes não poderia deixar de aceitar. As leis morais são leis. Todas as leis requerem um legislador. Não há outro legislador da lei moral além de Deus. Logo, Deus é o legislador da lei moral.

---

de uma proposição seja suficiente para prová-la, na prática é muitas vezes necessário ao autor desenvolver no ensaio mais de um argumento, a fim de alcançar seu propósito. Há ao menos duas razões para isso. Em primeiro lugar, o público com frequência não o reconhece como sólido se ele for o único argumento sólido apresentado em favor da conclusão. Parece ser um fato psicológico sobre os seres humanos ser mais fácil aceitar algum argumento como sólido se houver vários outros argumentos, ainda que logicamente independentes do primeiro, que levem à mesma conclusão. Em segundo lugar, o público do autor é heterogêneo. Diferentes pessoas reconhecerão como sólidos diferentes argumentos. Uma pessoa pode ser persuadida por um argumento sólido e outra por outro, dependendo de suas crenças e dos princípios de evidência que sustentarem antes da leitura. Assim, para persuadir muitas pessoas, é tipicamente necessário desenvolver vários argumentos em favor da mesma conclusão. Isso, no entanto, não significa que o autor deva apresentar seus argumentos com demasiada brevidade nem com insuficiência de detalhes. Não é do mesmo modo um estímulo para que ele apresente o máximo de argumentos que puder, por piores ou aparentemente piores que eles sejam. Apresentar um argumento ruim ou um argumento que pareça ruim pode prejudicar o objetivo do autor. Ainda que um argumento não-sólido em favor de uma proposição não indique que ela é falsa, pode-se causar, com isso, o efeito psicológico de levar o público a pensar que a proposição é falsa. No tocante ao caráter persuasivo ou não do ensaio, apresentar 20 argumentos ruins em favor de uma tese pode fazer muito mais mal do que apresentar apenas um argumento sólido. Deve-se enfatizar ainda que uma conclusão é verdadeira se houver ao menos um argumento sólido em seu favor e que a existência de um milhão de argumentos ruins em seu favor não prova que a conclusão seja falsa.

Se o argumento do item [12] fosse explicitado, sua forma seria:

As leis morais são leis.

Todas as leis precisam de um legislador.

Não há legislador da lei moral além de Deus.

Deus é o legislador da lei moral.